

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 574.624 - SP
(2014/0216169-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : J L F P
EMBARGADO : M C P P R
ADVOGADOS : IRACI SANTOS PEREIRA - SP016954
DARIO DOMINGOS DE AZEVEDO E OUTRO(S) - SP062563
YARA SANTOS PEREIRA - SP016139

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por J. L. F. P. contra a decisão mediante a qual dei parcial provimento a recurso especial da parte embargada, para determinar a partilha de valores referentes ao FGTS.

O embargante afirma que a decisão é omissa a respeito do período da constância do casamento.

Não foi apresentada impugnação, conforme certidão de fl. 631 (e-STJ).

Sem razão o embargante.

A decisão embargada não é omissa. As razões para o provimento do recurso especial foram expostas, com citação de vários precedentes desta Corte Superior sobre o tema da partilha do FGTS. A reforma do acórdão recorrido, no tocante ao tema, foi para que essa verba passasse a ser incluída na partilha, já que o Tribunal de origem havia decidido que se tratava de indenização que como tal não poderia ser dividida.

A tese que deve prevalecer no caso, portanto, é de que o FGTS integra a partilha. A questão referente ao período do casamento deve ser definida na origem.

Em face do exposto, rejeito os embargos.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora